

Fonte VEJA Class.: PAMR0001

Data 03/10/84 Pg.: \_\_\_\_\_

Ponto de Vista

COD. \_\_\_\_\_

# Somos todos caboclos

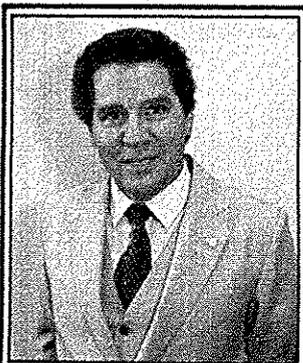
João Batista Fagundes\*

Retornando em agosto da região dos pataxós, aonde fora acompanhado de dois parlamentares baianos, o deputado Mário Juruna chegou a uma conclusão muito importante: lá não há índios. São todos caboclos. Se o deputado do PDT do Rio de Janeiro tivesse o mesmo cuidado em relação a uma série interminável de problemas envolvendo comunidades indígenas, concluiria sempre da mesma forma — isto é, temos mais caciques nas cidades do que índios nas selvas. Lá, como cá, não temos índios.

A dificuldade de saber quem é verdadeiramente índio não é apenas do nobre deputado Mário Juruna, mas da lei específica que regula a matéria. Ela começa confundindo índio com silvícola. E o que seria um silvícola? Segundo a lei, seria "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional". Cópia de uma Convenção de Genebra, totalmente divorciada da realidade brasileira, o vigente Estatuto do Índio não poderia ser mais confuso em sua definição — pois nela, praticamente, englobou grande parte da população brasileira.

A verdade é bem mais simples. Quando Clóvis Bevilacqua redigiu, em 1916, o vigente Código Civil, e preferiu o vocábulo "silvícola", é evidente que pretendeu, como a própria palavra indica, tutelar apenas os que viviam nas selvas. São esses brasileiros, incapazes de entender as filigranas da norma jurídica da nossa sociedade, que o Código deve proteger. De 1916 para cá, porém, houve uma sensível mudança do fato social e apareceram os índios de bombachas de Noioi, no Rio Grande do Sul, os índios de calça Lee de Bauru, em São Paulo, os índios de bigode e costeletas do Paraná e uma porção de índios que são cada vez menos índios e que cada vez mais se afastam daqueles que, realmente, mereceram a tutela paternalista de nosso Código Civil.

Índio de gravador, rádio de pilha, camiseta do Flamengo e relógio digital japonês comprado na Zona Franca de Manaus, como se vê todos os dias e por toda parte, não é o silvícola de Bevilacqua. É, isso sim, um indivíduo igualzinho aos nossos irmãos piauienses, cearenses ou roraimenses. Só que estes não despertam a mínima atenção, porque não integram essa "minorias desprotegida" que garante o emprego dos antropólogos da Funai. E nem servem de pretexto para que as dezenas de missões estrangeiras circulem impunemente no território brasileiro. Por essa razão é preciso manter o índio como vítima indefesa — sobretudo enquanto ele estiver morando em cima de grandes jazidas minerais nas quais o Brasil, para ser bem-comportado, não deve mexer. O negro também é minoria, mas, como mora em cima de favelas, não consegue despertar esses belos sentimentos ecológicos. Os morros onde vivem podem vir abaixo que ninguém vai ligar.



*É preciso coibir o abuso que se comete em nome do índio e que nos atrasa na exploração de recursos minerais*

CARLOS NAMBA

À falta de outros argumentos, levantam-se questões de saúde para manter o índio isolado e tutelado. Nessa linha, alguns indigenistas exaltados atribuem a redução populacional do índio às doenças próprias do branco invasor. A tese é verdadeira, mas deveria ter sido levantada em 1500, quando aqui aportaram as caravelas de Pedro Álvares Cabral. Agora seria utópico imaginar o índio em uma redoma de vidro, impenetrável à miscigenação. Foi dessa mistura que saiu o brasileiro atual. Hoje, todos nós somos aquilo que o deputado Juruna constatou na região dos pataxós: caboclos. Essa mistura de raças que originou a etnia brasileira constitui o melhor patrimônio que recebemos de nossos antepassados. Impedir tal tipo de contato não é prova de amor ao índio, mas falta de amor ao Brasil.

Enquanto aqui se brada contra o perigo que empresas mineradoras brasileiras representam para o índio, proliferam no meio deles entidades estrangeiras de "missões científicas e religiosas" que aqui chegam para salvar a alma do índio mas acabam penetrando a fundo, também, na alma de nosso subsolo. Para cada cartilha que deixam, uma enciclopédia de informações vai embora.

A questão ganha especial relevo no presente momento, quando interesses diversos pretendem impedir que se abra o Território de Roraima à mineração, utilizando a "proteção do índio" como pretexto. Em Roraima, há índios que falam inglês e pagam táxi em dólar quando vêm a Boa Vista. Ao mesmo tempo, uma comissão pretende criar o Parque Yanomami, como primeiro passo para a criação de uma nação dentro da nação brasileira. Essa medida, totalmente atentatória à integridade e à integração nacional, merece veemente repulsa dos verdadeiros patriotas. Lembrem-se os leitores da famosa proposta do Hudson Institute, nos fins da década de 60, visando à criação do imenso "Lago Amazônico"? Naquela época as águas tornariam internacional uma grande área de nossa Amazônia. Agora os índios fariam a inundação, sob as bênçãos da ONU...

Acho que já é tempo de coirmos esse abuso que se comete usando o índio como escudo — e que nos atrasa na exploração de recursos minerais, como os de Roraima, dos quais tanto necessitamos. Vamos tutelar os verdadeiros silvícolas que merecem a proteção do Estado. Mas vamos emancipar os portadores de curso superior, os universitários, os aviadores, os comerciantes, os fazendeiros. E os políticos. Esses merecem o nosso respeito — mas não precisam de nossa tutela, porque são tão brasileiros quanto os demais. Entre as tangas da selva e as tangas de Ipanema, seguramente optarão por estas últimas, como todos nós.

\* João Batista Fagundes é coronel do Exército e deputado federal pelo Território de Roraima